



Monitor Político

O Estágio Atual das Reformas

16 de junho de 2020

Álvaro Frasson
economia@btgpactual.com
@alvarosfrasson



Esta semana, o **Congresso Nacional deve analisar alguns vetos presidenciais**. Dos 25 vetos que estão pendentes de análise do Congresso, 4 representam riscos para o governo: **(i)** o do auxílio emergencial; **(ii)** o do reajuste para servidores públicos, **(iii)** o da dívida de estados e municípios; e **(iv)** o do fundo contra a Covid-19 (transferência de R\$8,6 bilhões do fundo de reservas monetárias para os Estados e municípios usarem no enfrentamento da pandemia).

A recente aproximação entre o governo e o Parlamento reduz a probabilidade de derrubada desses vetos, em particular dos 3 primeiros. Há um risco maior de derrubada do veto (iv), uma vez que há pressão de governadores e prefeitos para isso.

Está prevista para esta terça-feira (16/6) no Senado a votação da MP 936/20, que trata da redução da jornada de trabalho e salário e prevê compensação aos trabalhadores por parte do governo. Sendo aprovada sem alteração no texto, seguirá para a sanção presidencial. É possível que o senador Tasso Jereissati (PSDB), relator do PL, faça a leitura de seu parecer na Casa. Segundo Tasso, a votação do PL deve ocorrer 1 ou 2 semanas após a leitura de seu relatório. A agenda definitiva da semana do Senado será decidida na reunião de líderes na manhã de hoje.

Na Câmara, algumas medidas provisórias, que estavam na pauta da semana anterior, podem ser votadas esta semana – são elas: (i) a MP 932, que reduz à metade as contribuições das empresas ao “Sistema S”; (ii) a MP 944/20, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; e (iii) a MP 927/20, sobre medidas trabalhistas emergenciais.

A análise do PL 1542/20, que trata do reajuste dos preços dos medicamentos, não está na agenda da Câmara da semana.

- ❑ A votação da MP estava prevista para última terça-feira (9/6), mas foi novamente adiada, para esta semana, a pedido de Rodrigo Maia (DEM). O presidente da Câmara pediu ao relator, deputado Zé Vitor (PL), para que sejam corrigidas algumas falhas na MP que, segundo Maia, impedem que os recursos cheguem na ponta.

A MP institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, que estabelece uma linha de crédito (a juros baixos e prazo estendido) para garantir o pagamento dos salários durante a pandemia em empresas com receita anual entre R\$360mil e R\$10milhões.

- ❑ A votação da matéria estava prevista para última terça-feira (9/6), mas foi mais uma vez adiada, desta vez para esta semana. Isso porque o relator, deputado Hugo Legal (PSD), acatou uma emenda do PL para reduzir a contribuição devida em junho em 25% o que foi apontado pelos parlamentares como uma ruptura do acordo de procedimentos.
- ❑ Entre as mudanças feitas pelo relator destacamos: (i) redução da vigência dos efeitos da MP de 3 para 2 meses (já transcorridos - abril e maio); e (ii) fim do escalonamento das alíquotas – de 1,25% para o Sescop e 0,75% para Sesi, Sesc e Sest.
- ❑ A proposta visa desonerar a folha de pagamentos das empresas para a manutenção do emprego durante a crise decorrente da pandemia da Covid-19.

- ❑ A votação da MP no plenário do Senado deve ocorrer esta semana. Na última semana, o relator, senador Vanderlan Cardoso (PSD), havia apresentado seu parecer com apenas uma sugestão de emenda de redação. Se aprovada no Senado sem alteração (via destaques), seguirá para a sanção presidencial.

- ❑ Na última quarta-feira (10/6), o governo federal editou a MP 979 que permite que o Ministério da Educação aponte os dirigentes para as instituições federais de ensino quando o mandato dos atuais dirigentes termine durante a emergência decorrente da pandemia do coronavírus.
- ❑ Desse modo, não haverá processo de consulta à comunidade ou formação de lista tríplice para escolha dos dirigentes. Na sexta-feira (12/6), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), devolveu a MP sob a justificativa de ela ser inconstitucional e, ainda, para fazer uma defesa das universidades federais que, segundo ele, estão desempenhando um importante papel no combate ao coronavírus.
- ❑ O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), também já havia se posicionado contrariamente a MP.

- ❑ Na última semana, a Câmara dos Deputados aprovou o requerimento de urgência para o PL que a desvinculação de recursos de 29 fundos públicos (liberação de R\$177 bilhões para o Executivo). Ainda não há data para votação do projeto, todavia o autor da matéria, deputado Mauro Benevides (PDT), afirmou que o projeto deverá ser pautado nos próximos dias.
- ❑ Aprovado na Câmara, o projeto segue para o Senado onde já tramita a PEC 187/19 (PEC dos Fundos), de conteúdo semelhante, mas mais abrangente.

6 Marco do saneamento (PL 4162/19)

- ❑ O relator do projeto, senador Tasso Jereissati, lerá seu relatório no plenário do Senado na próxima semana. Havia um acordo entre os líderes do Senado para que o projeto de saneamento fosse votado em 24 de junho. Segundo Tasso, depois de ler o texto, a expectativa é que a votação ocorra em 1 ou 2 semanas e que o texto aprovado não inclua grandes mudanças para evitar o retorno do tema à Câmara dos Deputados.
- ❑ O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados no final do ano passado e, se não houver alterações no texto, seguirá para sanção/veto do presidente.
- ❑ Ainda de acordo com Tasso, o marco do saneamento é o único ponto na agenda de infraestrutura que deve ser votada enquanto o sistema de deliberação permanece remoto e, portanto, temas como lei do gás e reforma do setor elétrico devem ser analisados uma vez que as sessões presenciais forem retomadas.

- ❑ Está agendada para esta semana a votação no plenário do Senado do PL suspende por 4 meses os pagamentos das prestações das operações de créditos consignados em benefícios previdenciários. Segundo o projeto, o não pagamento não implicará em inadimplência de obrigações nem serão cobrados multas, taxas, juros ou outros encargos.

- ❑ Na última sexta-feira (12/6) o presidente Bolsonaro sancionou o PL (agora Lei 14.010/20) com 10 vetos, dentre eles destacamos o veto do trecho da proposta que obrigava aplicativos de transporte a reduzir as comissões cobradas em pelo menos 15%, transferindo a quantia para os motoristas.

- ❑ O plenário da Câmara aprovou na última terça-feira (9/6) o projeto que proíbe a inscrição de consumidores inadimplentes em cadastros negativos durante a pandemia (inadimplência registrada após 20 de março de 2020). Os deputados rejeitaram o substitutivo aprovado no Senado no último dia 12 de maio. A proposta aguarda agora sanção presidencial.

PROCESSO DE TRAMITAÇÃO: Principais Normas Legislativas



| Votos necessários à aprovação | Proposta de Emenda à Constituição | Lei Ordinária (LO) | Lei Complementar (LC) | Medida Provisória (MP) |
|-------------------------------|---|--|--|--|
| | | 3/5 (308 deputados federais e 49 senadores) | Maioria Simples (mais de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para que a votação ocorra) | Maioria Absoluta (257 deputados federais e 41 senadores) |
| Tramitação | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ⋮ Comissão Especial (CE) ⋮ 2 turnos na Câmara dos Deputados ⋮ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ⋮ 2 turnos no Senado ⋮ Promulgação | Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ⋮ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ⋮ 1 turno na Câmara dos Deputados ⋮ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ⋮ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ⋮ 1 turno no Senado ⋮ Sanção (ou veto) presidencial | Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ⋮ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ⋮ 1 turno na Câmara dos Deputados ⋮ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ⋮ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ⋮ 1 turno no Senado ⋮ Sanção (ou veto) presidencial | Comissão Mista ⋮ 1 turno na Câmara dos Deputados ⋮ 1 turno no Senado ⋮ Sanção (ou veto) presidencial |

1 Se rejeitada, um terço dos deputados poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário. 2 Isso significa que a proposta não precisará ser votada em Plenário.

3 Se rejeitada, um terço dos senadores poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

Macro Research

Álvaro Frasson

economia@btgpactual.com

@alvarosfrasson



Disclaimer

Para acesso ao Disclaimer, clique: <https://www.btgpactualdigital.com/analises/disclaimer-macro>